

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA  
RUA GAMA ROSA, S/N – CENTRO - ARARA PB.  
CNPJ Nº 08.77.755/0001-23  
Prefeito Eraido Fernandes de Azevedo

Criado pela Lei Municipal nº. 04/77

Arara, 09 de abril de 2013.

**Atos do Poder Executivo**

LEI Nº 001/2013

ALTERA O ART.1º E OS INCISOS I e II DA LEI 229/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Arara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art.1º - O Art. 1º da Lei Municipal 229/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art 1º - Ficã Alterado o valor do Plantão Médico do Profissional que atua no Hospital Municipal Natanael Alves da seguinte forma:  
I- para os que laboram de segunda a sexta feira, R\$ 1.200,00( Hum mil e duzentos reais), para o plantão de 24 horas;  
II- para os que laboram aos sábados e domingos R\$ 1.500(Hum mil e Quinhentos reais), para o plantão de 24 horas."*

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação.

Gabinete do Prefeito de Arara-PB, 08 de abril de 2013.

*Eraido Fernandes de Azevedo*

ERALDO FERNANDES DE AZEVEDO  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

LEI 002/2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO,NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA-PB.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARA, estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso ix, do art. 37 da constituição federal e da lei federal 8745/93, faz saber que a Câmara Municipal de Arara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público dos órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, nas condições e prazos nela previstos.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, caracteriza-se a necessidade temporária de excepcional interesse público quando os serviços não puderem ser atendidos com os recursos humanos de que dispõe a administração pública, ou os serviços tiverem natureza transitória.

Art. 3º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público os serviços indispensáveis:

I- à assistência de situação de emergência e calamidade pública;

II- assistência a emergência em saúde pública e ambiental;

III- à admissão de professor substituto;

IV- à admissão de pessoal para cumprir carência na Administração Pública Municipal, obedecidos aos seguintes requisitos:

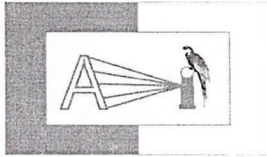
a) somente poderá haver contratação, nos termos desta Lei, se a carência possa provocar deficiência nos serviços públicos;

b) a contratação somente vigorará até o preenchimento das vagas através de concurso público ou até que cesse a necessidade;

V- ao suprimento de atividades que não tenham sido suficientemente providas pela nomeação de candidatos aprovados em concurso público, enquanto não for realizado novo concurso;

VI- à administração de pessoal indispensável para funcionamento dos Programas ou Projetos criados pelo Governo Federal, Estadual e/ou Municipal e custeados através de financiamento bipartite ou tripartite, bem como para os Programas ou Projetos transitórios criados pelo Município;

VII- à contratação de serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades de pessoal



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA  
RUA GAMA ROSA, S/N – CENTRO - ARARA PB.  
CNPJ Nº 08.77.755/0001-23  
Prefeito Eraldo Fernandes de Azevedo

Criado pela Lei Municipal nº. 04/77

decorrentes da organização e funcionamento dos serviços municipais de saúde;

VIII- à execução de Convênios que venham a atender a satisfação do interesse público;

IX- à coletas e dados, realização de recenseamentos ou pesquisas;

X- ao atendimento de outras situações de urgência definidas em Lei ou regulamento.

Art. 4º O recrutamento de pessoal a ser contratado poderá ser feito através de processo de seleção simplificada de comprovação de experiência do profissional e/ou análise curricular, prescindindo, portanto, de concurso público.

Art. 5º As contratações serão feitas por tempo determinado obedecidos os seguintes prazos:

I- nos casos dos incisos I e II do art. 3º, pelo prazo necessário à superação da calamidade pública ou das situações de emergência em saúde pública, desde que não exceda a dois anos;

II- até 48 (quarenta e oito) meses no caso dos incisos III, IV e VIII do art. 3º;

III- pelo tempo que se fizer necessário até a realização de novo concurso, na hipótese do inciso V, do art. 3º desta Lei, contanto que não exceda a 02 (dois) anos;

IV- na hipótese o inciso VI, do art. 3º, pelo período de vigência do programa ou projeto, contanto que não exceda ao prazo do inciso I deste artigo;

V- até 24 (vinte e quatro) meses nos casos dos incisos VII e IX do art. 3º.

Art. 6º As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária.

§ 1º O órgão ou secretaria solicitante da contratação temporária formará requerimento ao Prefeito Municipal, devendo constar o número de pessoas necessárias e respectivas funções a serem contratados.

§ 2º Na hipótese de o Prefeito concordar com o pleito, deverá anuir expressamente, determinando, de logo, a remessa dos autos à

Secretaria de Administração para formalizar a contratação.

§ 3º Cabe à Secretaria de Administração a confecção dos instrumentos contratuais, a tomada de assinaturas, bem como a execução e fiscalização dos contratos, sendo nulo de pleno direito qualquer contrato formalizado sem a anuência do Prefeito.

Art. 7º A remuneração do pessoal contratado com fundamento nesta Lei será fixada no contrato celebrado.

Art. 8º Os servidores contratados com base nesta Lei, submeter-se-ão ao regime de direito público de natureza administrativa, sendo admitidos para exercerem funções e não cargos existentes na estrutura pessoal do Município, observando o seguinte:

I- inexistência de vínculo empregatício ou estatutário com a Administração Municipal;

II- inexistência de estabilidade de qualquer tipo;

III- sujeição absoluta dos contratados aos termos desta Lei, do Contrato e das normas pela Administração;

IV- possibilidade de rescisão unilateral dos contratos sempre que se configurar desnecessária a continuação dos serviços, ou por cometimento de faltas disciplinares, sem direito a qualquer indenização.

Art. 9º São direitos dos contratados temporariamente sob a égide desta Lei:

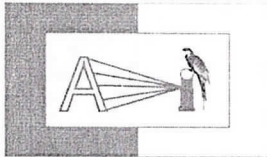
I- percepção de remuneração ajustada, não inferior ao mínimo legal;

II- 13º (décimo terceiro) vencimento, integral ou proporcional ao tempo do exercício da função, após o primeiro ano de contrato;

III- gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais do que o salário normal, após o primeiro ano de contrato. Parágrafo único. Os servidores temporários serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social, devendo incidir sobre sua remuneração os demais encargos obrigatórios, quando cabível.

Art. 10. Os contratados nos termo desta Lei não poderão:





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA  
RUA GAMA ROSA, S/N – CENTRO - ARARA PB.  
CNPJ Nº 08.77.755/0001-23  
Prefeito Eraldo Fernandes de Azevedo

Criado pela Lei Municipal nº. 04/77

I- receber funções, atribuições ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II- ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III- faltar ao serviço, sem motivo justificado, sob pena de desconto na remuneração, da quantia equivalente aos dias faltados;

IV- receber qualquer vantagem incidente sobre a remuneração, salvo as de natureza indenizatórias;

V- ser designado ou colocado para exercer a função em órgão distinto do que fora contratado, respondendo o Dirigente do Órgão ou Secretaria que deu causa, que deveria evitar ou vigiar, às sanções previstas em lei.

Parágrafo único. A inobservância do disposto nos incisos I, II e V deste artigo implicará na rescisão automática do contrato.

Art. 11. O tempo de serviço prestado em virtude da contratação nos termos desta lei será contado para fins previdenciários.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arara-pb, 08 de abril 2013.

ERALDO FERNANDES DE AZEVEDO  
PREFEITO

LEI Nº 003/2013

REAJUSTA O SALÁRIO MÍNIMO E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto Presidencial 7872 de 26 de dezembro de 2012, faz saber que a Câmara Municipal de Arara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reajustar para R\$ 678,00(seiscentos e setenta e oito reais), o

salário dos servidores que percebem o salário mínimo nacional.

Parágrafo único - Os detentores de cargo comissionado que estejam percebendo salário inferior ao mínimo serão automaticamente reajustado para o valor fixado no caput deste artigo.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de janeiro de 2013.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Arara-PB, 08 de abril de 2013.

ERALDO FERNANDES DE AZEVEDO  
PREFEITO CONSTITUCIONAL

LEI Nº 004/2013.

Dispõe sobre autorização para parcelar e/ou reparcelar débitos de contribuições previdenciárias e de contribuições não previdenciárias, junto ao IMPA - Instituto Municipal de Previdência de Arara - PB, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ARARA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e Portaria MPS n.º 21 de 16 de Janeiro de 2013, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Prefeitura Municipal de Arara, Estado da Paraíba por intermédio do representante do Poder Executivo, autorizado a firmar acordo de parcelamento e reparcelamento dos débitos oriundos das contribuições devidas da parte PATRONAL relativos às competências de Janeiro de 1997 a Outubro 2012 mais os 13ºs Salários, em 240 (duzentos e quarenta) e da Parte do Servidor relativos as competências de janeiro de 2003 à Dezembro de 2008 mais o 13ºs Salários, em 60 (Sessenta) prestações mensais e consecutivas.